

FLÁVIA PIOVESAN

DIREITOS HUMANOS
E O DIREITO
CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

Prefácio de Henry Steiner

Apresentação de Antônio Augusto Cançado Trindade

19ª edição ●
revista e atualizada

2021

saraiva  *jur*



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Isabella Sánchez de Souza (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Danielle Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Adriana Aguiar Santoro
Revisão	Amélia Kassis Ward
Capa	Tiago Dela Rosa
Imagem de capa	Stock Photos The red vineyard – Van Gogh (óleo sobre tela, 1888)
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

P662d Piovesan, Flávia

Direitos humanos e o direito constitucional internacional / Flávia Piovesan. – 19. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2021.

760 p.

ISBN: 978-65-5559-582-6

1. Direito. 2. Direitos humanos. 3. Direito constitucional internacional. I. Título.

2021-42 CDD 340
CDU 34

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

Data de fechamento da edição: 10-2-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606919 CAE 754527

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	7
<i>Nota à 19ª edição</i>	17
<i>Nota à 18ª edição</i>	21
<i>Nota à 17ª edição</i>	25
<i>Nota à 16ª edição</i>	29
<i>Nota à 15ª edição</i>	33
<i>Nota à 14ª edição</i>	37
<i>Nota à 13ª edição</i>	43
<i>Nota à 12ª edição</i>	47
<i>Nota à 11ª edição</i>	53
<i>Nota à 10ª edição</i>	57
<i>Nota à 9ª edição</i>	59
<i>Nota à 8ª edição</i>	61
<i>Nota à 7ª edição</i>	63
<i>Nota à 5ª edição</i>	67
<i>Nota à 4ª edição</i>	69
<i>Prefácio, Henry Steiner</i>	73
<i>Apresentação, Antônio● Augusto● Cançado● Trindade</i>	75

Primeira Parte

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Capítul● I — INTRODUÇÃO	85
-------------------------------	----

Capítulo II — UM ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO DELIMITANDO E SITUANDO O OBJETO DE ESTUDO	95
a) Delimitando o objeto de estudo: a Constituição brasileira e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	95
b) Situando o objeto de estudo: os delineamentos do Direito Constitucional Internacional.....	97
c) Justificativas para a opção metodológica.....	100
Capítulo III — A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL — A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	103
a) O processo de democratização no Brasil e a Constituição brasileira de 1988.....	103
b) A Constituição brasileira de 1988 e a institucionalização dos direitos e garantias fundamentais.....	107
c) Os princípios constitucionais a reger o Brasil nas relações internacionais	119
Capítulo IV A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	125
a) Breves considerações sobre os tratados internacionais.....	125
b) O processo de formação dos tratados internacionais.....	128
c) A hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos	133
d) A incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos...	171
e) O impacto jurídico dos tratados internacionais de direitos humanos no Direito interno brasileiro.....	183
f) A emergência de um novo paradigma jurídico	199

Segunda Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo V PRECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	205
---	-----

a) Primeiros precedentes do processo de internacionalização dos direitos humanos — o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho.....	205
b) A internacionalização dos direitos humanos — o pós-guerra.....	213
c) A Carta das Nações Unidas de 1945.....	222
d) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	233
e) Universalismo e relativismo cultural	246
Capítulo VI — A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	255
a) Introdução	255
b) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	258
c) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	266
d) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais..	272
e) Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	283
f) Demais convenções internacionais de direitos humanos breves considerações sobre o Sistema Especial de Proteção	286
g) Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial	291
h) Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.....	297
i) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	306
j) Convenção sobre os Direitos da Criança	311
k) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias.....	315
l) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	320
m) Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	324
n) O Tribunal Penal Internacional, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio e a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado	326

o) Mecanismos globais não convencionais de proteção dos direitos humanos.....	340
Capítulo VII A ESTRUTURA NORMATIVA DO SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS — O SISTEMA INTERAMERICANO	353
a) Introdução.....	353
b) Breves considerações sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos	359
c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	364
d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	371
e) Impacto do Sistema Interamericano e a Emergência de um Constitucionalismo Regional Transformador: um <i>Ius Constitutionale Commune</i> na América Latina.....	399

Terceira Parte

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Capítulo VIII O ESTADO BRASILEIRO E O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	407
a) A agenda internacional do Brasil a partir da democratização e a afirmação dos direitos humanos como tema global.....	407
b) O Brasil e os tratados internacionais de direitos humanos	412
c) Pela plena vigência dos tratados internacionais de direitos humanos: a revisão de reservas e declarações restritivas, a reavaliação da posição do Brasil quanto a cláusulas e procedimentos facultativos e outras medidas	418
Capítulo IX — A ADVOCACIA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: CASOS CONTRA O ESTADO BRASILEIRO PERANTE O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	431
a) Introdução.....	431
b) Federalização das violações de direitos humanos	433

c) Casos contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos	439
d) Análise dos casos — limites e possibilidades da advocacia do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Brasil.....	475
e) Casos contra o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos	484
Capítulo X ENCERRAMENTO: O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL.....	495
Capítulo XI — SÍNTESE.....	507

APÊNDICE

Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos	525
Carta das Nações Unidas — Preceitos.....	530
Declaração Universal dos Direitos Humanos	532
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	537
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	554
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos para a Abolição da Pena de Morte	558
Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ...	561
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	571
Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio	580
Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	583
Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	595
Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher	608
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra A Mulher	620
Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.....	626

Convenção sobre os Direitos da Criança	638
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	656
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	683
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).....	687
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador)	709
Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	718
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	724
<i>Bibliografia</i>	733